



Genildo Magalhães/Agência Senado

Profissional de língua de sinais trabalha na audiência pública: comissões devem propor ampliação do serviço prestado pelos tradutores no Senado

## Intérpretes de Libras cobram fortalecimento da profissão

Em debate realizado no Senado sobre acessibilidade para deficientes auditivos, intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras) buscaram apoio para fortalecer o exercício

profissional. Eles pediram, por exemplo, a ampliação do serviço no Senado. Segundo o IBGE, mais de 5% da população do país tem alguma deficiência auditiva. **2**

## Comissão pode votar créditos de mais de R\$ 7 bilhões

Estão na pauta de hoje da Comissão Mista de Orçamento duas medidas provisórias que preveem compra de equipamentos e de carros-pipa para comunidades atingidas por calamidades. **4**

## Legislação sobre Defensoria Pública do DF será atualizada

Foram designados senadores integrantes da comissão que proporá a adequação da legislação à emenda que transfere da União para o Distrito Federal a organização e a manutenção da Defensoria Pública do DF. **4**

## PEC transfere competência para reconhecer sentença estrangeira **3**

## MP do Pasep deve começar a ser analisada hoje pelo Congresso **4**

# CPI quer sequestro de bens dos integrantes do grupo de Cachoeira

Comissão enviará ofício propondo que Ministério Público peça à Justiça sequestro do patrimônio e retenção dos passaportes dos suspeitos de integrar organização

O *Journal Correio Brasileiro* noticiou que bens das pessoas acusadas de integrar a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira estão à venda e que o dinheiro

lhes permitiria fugir do país. O patrimônio é avaliado em R\$ 150 milhões. Por isso, a CPI do Cachoeira decidiu que enviará ao Ministério Público Federal em Goiás um ofício

propondo aos procuradores que peçam à Justiça o sequestro dos bens e a apreensão dos passaportes. A CPI está divulgando a lista dos bens em questão para dificultar a venda. **4**

## Alvaro: oposição pedirá inquérito sobre Lula e o mensalão **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedido só será formalizado quando o STF concluir o julgamento, diz Alvaro

## Viana diz que ex-presidente não se encontrou com Valério **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana: "Intolerância da elite com o PT já está institucionalizada"

## Para Anibal, PSDB e Veja tentam encobrir a verdade **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Anibal, revista omite o que aconteceu em 1998 em Minas Gerais

## Senadores criticam verba da cultura em festas no DF

Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque discutiram com representantes do movimento cultural a proposta do governo do Distrito Federal de utilizar recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) em festas de datas comemorativas. Os senadores e participantes da reunião defendem que as verbas para as festas devem estar previstas no orçamento do DF. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadores e movimento cultural querem agendar reunião com governador do DF



Em debate sobre acessibilidade para deficientes auditivos, intérpretes da língua de sinais pedem fortalecimento do serviço na Casa e recebem apoio de parlamentares



Aline Mendes, Sueide Miranda Leite, senador Rollemberg, Robert John da Silva e Felipe Fritz Braga na audiência pública

# Comissões querem ampliar serviço de Libras no Senado

TRABALHAR PARA QUE o Senado seja vanguarda e referência na implementação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O compromisso foi assumido ontem por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) em audiência pública das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Direitos Humanos (CDH).

O senador também informou que as comissões vão oficializar a Diretoria-Geral do Senado propondo que o serviço de intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras) seja mantido e ampliado nas atividades da Casa.

Preocupados com o final do contrato do Senado com

os intérpretes de Libras e uma eventual não renovação, representantes das pessoas com deficiência auditiva e dos tradutores procuraram os senadores Rollemberg e Paulo Paim (PT-RS), que, como presidentes da CMA e da CDH, respectivamente, convocaram a audiência de ontem.

Rollemberg enfatizou que ainda não há uma decisão da diretoria da Casa para extinguir o serviço de Libras.

— O Senado Federal é um dos pioneiros na implementação desse serviço e, com a sensibilidade e o compromisso que o presidente Sarney tem demonstrado em relação a essa questão, eu não tenho a menor dúvida de que esse serviço não apenas será mantido

no âmbito da Casa, como será ampliado — afirmou.

O senador disse ainda que vai sugerir a criação de uma comissão com a participação da sociedade civil para estudar a melhor forma de ampliar a comunicação com os surdos nos programas da TV Senado, nos acessos à Casa e nos roteiros de turismo cívico.

No debate, o procurador do Ministério Público Federal Felipe Fritz Braga e o representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Robert John da Silva, destacaram iniciativas para implantar a convenção da ONU no país. O documento foi ratificado pelo Senado em 2008 (Decreto 6.949/09).

## Legenda não substitui tradutor, diz sindicato

Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Intérpretes, Guia-Intérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal e Entorno, Aline Mendes alertou para o fato de que substituir os tradutores por legendas nas transmissões de TV não atende grande parte das pessoas com deficiência auditiva.

— A legenda é o português, não é estrutura linguística da língua de sinais, que tem referencial próprio — disse.

Rodrigo Rollemberg também avaliou que a legenda é uma linguagem parcial para

essa população, já que uma parcela significativa dos surdos que não são alfabetizados não se beneficia dela.

Segundo o presidente do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep), Sueide Miranda Leite, o serviço de *closed caption*, também chamado legenda oculta, custaria ao Senado quatro vezes mais que o trabalho dos intérpretes de Libras.

— O que é acessibilidade? Para o surdo, é a língua de sinais, e ponto — disse Aline Mendes, que pediu o fortalecimento da profissão

inclusive com a criação de um órgão regulamentador.

Em ofício enviado à audiência, Lindbergh Farias (PT-RJ) ressaltou que, embora já exista a Lei 12.319/10, que regulamenta o trabalho de tradutor e intérprete de Libras, ainda é difícil encontrar esses profissionais nos órgãos públicos brasileiros. Ele lembrou que, segundo o IBGE, mais de 5% da população brasileira tem alguma deficiência auditiva.

Também participaram do debate associações de surdos de Sobradinho, do Cruzeiro, de Santa Maria e de Taguatinga, no DF.

## Cristovam sugere criação de bancada da acessibilidade

A criação de uma bancada da acessibilidade no Senado foi sugerida, durante a audiência de ontem, por Cristovam Buarque (PDT-DF).

— A acessibilidade é uma condição da democracia — enfatizou o senador.

Ele pediu sugestões para projeto de sua autoria (PLS 14/07) que institui a disciplina de Libras como optativa para os estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Lindbergh Farias, que preside a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado, ressaltou, por meio de ofício enviado à audiência, a necessidade de manter o serviço de Libras na Casa.

O senador é autor de projeto (PRS 40/11) que amplia o serviço de Libras no Senado. Ele também elogiou a Câmara dos Deputados por contratar mais intérpretes da língua.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão de hoje é não deliberativa: não tem votações e destina-se a pronunciamentos dos senadores.

#### COMISSÃO MISTA/MP: Dívidas de estados e prefeituras

9h Instalação da comissão que examinará a MP 574/12, que autoriza a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a renegociar as dívidas acumuladas até 2011 por estados e municípios.

#### COMISSÃO MISTA/MP: Normas para parcerias público-privadas

9h30 Instalação da comissão que examinará a MP 575/12, que institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada. Serão conhecidos o presidente, o vice e o relator.

#### COMISSÃO MISTA/MP: Transporte ferroviário

10h Instalação da comissão que analisará a MP 576/12, que muda a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade para Empresa de Planejamento e Logística, com mais competências.

#### COMISSÃO MISTA/MP: Energia elétrica

10h30 Instalação da comissão que examinará a MP 577/12, que trata da extinção das concessões de energia e da prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço.

#### COMISSÃO MISTA/MP: Dedução no IR

11h Instalação da comissão que analisará a MP 578/12, que permite dedução no IR da depreciação acelerada de veículos de transporte de mercadorias, vagões e locomotivas novos.

#### EXPOSIÇÃO: 40 anos do Prodasen

11h Abertura da exposição *Prodasen — 40 anos de tecnologia a serviço do Poder Legislativo*, na Senado Galeria, e da mostra de equipamentos do Museu do Prodasen, no Espaço Ivandro Cunha Lima. As exposições permanecerão abertas até 28 de setembro.

#### COMISSÃO MISTA/MP: Tarifa de energia

11h30 Instalação da comissão que examinará a MP 579/12, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente e indicado o relator.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Anibal Diniz

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

#### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Denúncia sobre mensalão repercute no Senado

Três senadores comentaram ontem a reportagem de capa da revista *Veja* desta semana, “Os segredos de Valério”, na qual um dos 37 réus do mensalão — o publicitário Marcos Valério, já condenado por lavagem de dinheiro, corrupção ativa e peculato, e ainda a ser julgado por evasão de divisas e formação de quadrilha — afirma que o ex-presidente Lula não apenas sabia do esquema de corrupção praticado no governo, como fazia parte dele.



Marcos Valério depõe à CPI dos Correios em julho de 2005: supostas declarações do publicitário ligando Lula ao mensalão geraram reações distintas em Plenário

J. Freitas/Agência Senado

## Alvaro cobra investigação sobre envolvimento de ex-presidente

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que DEM, PSDB e PPS vão pedir à Procuradoria-Geral da República inquérito para investigar o teor de reportagem da revista *Veja* que acusa o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de envolvimento no escândalo do mensalão, em 2005, durante o primeiro mandato. De acordo com a *Veja*, o empresário e publicitário Marcos Valério teria declarado a amigos que Lula conhecia o esquema de corrupção para comprar apoio político no Congresso. Alvaro informou que o pedido só será formalizado quando o Supremo Tribunal Federal concluir o julgamento do mensalão.

O senador lembrou que, em 2005, no encerramento dos trabalhos da CPI dos Correios, apresentou voto em separado propondo o *impeachment* do então presidente.

— O presidente não tomou nenhuma providência efetiva. Não exerceu as prerrogativas de seu cargo — disse.

Para Alvaro, o maior prejuízo ao país decorrente da compra de apoio político pelo governo é a redução da capacidade de investimento público em razão do superfaturamento de obras e serviços. Segundo ele, a transposição de tal modelo para estados e municípios criou

uma corrupção generalizada no país.

Em resposta a Jorge Viana (PT-AC) sobre um mensalão em Minas Gerais durante o governo de Eduardo Azeredo, do PSDB, Alvaro disse não ter condições de avaliar porque o caso não foi investigado pelo Congresso Nacional, mas acusou o PT de ter trazido esse assunto de 1998 à baila apenas em 2005, com o objetivo de desviar a atenção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Jorge Viana diz que Lula não teve encontros com Marcos Valério

“A intolerância da elite brasileira com o PT está institucionalizada, é real. Eles não aceitaram o governo Lula por oito anos, eles apenas o engoliram”, afirmou Jorge Viana (PT-AC), garantindo que o ex-presidente Lula não teve encontros com o empresário Marcos Valério. O senador acusou o PSDB de ter criado o mensalão e disse que a oposição “não tem moral para questionar o PT”.

— O PSDB está na origem do mensalão. Não é uma denúncia do PT, é do Ministério Público. O processo [do PSDB] foi para o Supremo Tribunal Federal, misteriosamente foi desmembrado e depois saiu do STF — disse.

Segundo Viana, “Lula foi o presidente que mais trabalhou pelos pobres e pela inclusão social, sendo, também, o mais perseguido por uma parcela preconceituosa da elite brasileira”.

O senador disse acreditar que a reportagem da revista *Veja* é uma tentativa de manipulação da opinião pública às vésperas das eleições.

— O problema do país durante muitos séculos foi sua elite, não o seu povo — afirmou.

O senador garantiu que não existe nada no processo do mensalão que possa envolver o ex-presidente, ressaltando que, na opinião dele, Lula é uma “referência para o Brasil e para o mundo”.

— O serviço prestado pelo ex-presidente Lula a este país não vai ser a oposição, não vai ser uma elite atrasada, preconceituosa, que vai apagar. Ninguém pode esconder aquilo que foi feito, o trabalho que foi feito — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Para Anibal, “*Veja* tenta encobrir a verdade criando uma cortina de fumaça”

Segundo Anibal Diniz (PT-AC), a revista *Veja* tem se portado como “adversária contumaz do PT, tentando de todas as formas criar uma cortina de fumaça que impede as pessoas de enxergarem a verdade dos fatos e terem uma análise precisa dos acontecimentos”.

— Neste momento em que se processa o julgamento do mensalão, a *Veja* tenta, a partir de declarações supostamente obtidas de Marcos Valério, incriminar o ex-presidente Lula, ao mesmo tempo em que passa ao largo de qualquer análise sobre o que aconteceu antes de 2005, mais precisamente em 1998, quando já havia uma prática muito mais elaborada e profissional, vinda das hostes do PSDB mineiro — afirmou.

Para o senador, Lula entrou para a história como “a maior liderança do Brasil” e o ataque do PSDB a três semanas das eleições municipais é uma “tentativa desesperada de colocar o ex-presidente num patamar menor”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Justiça Eleitoral deveria ter magistrados exclusivos, afirma Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reiterou que apresentará proposta de emenda constitucional para pôr fim à rotatividade dos membros da Justiça Eleitoral, com realização de concurso específico para juízes da área.

— Minha proposta busca dar à Justiça Eleitoral o mesmo tratamento que se dá à Justiça do Trabalho — afirmou.

Para o senador, a Justiça Eleitoral, por ter magistrados em sistema de rodízio, enfrenta descontinuidade permanente. Ele também apontou a falta de tempo

da Justiça Eleitoral, citando reportagem segundo a qual, a 19 dias do primeiro turno das eleições municipais de 2012, foi julgado apenas um terço dos recursos impetrados pelos candidatos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Anibal: prefeito transformou Rio Branco em modelo de sustentabilidade para o país

Anibal Diniz (PT-AC), em discurso no Plenário, parabenizou o prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, pela boa avaliação que obteve dos eleitores.

De acordo com pesquisa do Ibope, Angelim foi o prefeito mais bem avaliado do país, dividindo a liderança com Nelson Trad Filho, de Campo Grande. Os dois obtiveram dos eleitores índice de 61% de aprovação.

Para o senador, a pesquisa mostra “o compromisso e a dedicação” de Angelim na prefeitura. Eleito em 2004 e reeleito em 2008, Angelim conclui neste ano o segundo mandato. Segundo Anibal, ele transformou a capital acriana num modelo de sustentabilidade para o país.

## Educação básica precisa das disciplinas Ética e Cidadania, segundo Sérgio Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou ontem a aprovação pelo Senado, em votação final na Comissão de Educação e Cultura (CE), de seu projeto (PLS 2/12) que propõe o ensino de Cidadania Moral e Ética, no ensino fundamental, e de Ética Social e Política, no ensino médio. O PLS 2/12 segue para a Câmara dos Deputados.

O senador disse que o momento é simbólico, já que o Congresso está envolvido com a CPI do Cachoeira e o Supremo Tribunal Federal julga o mensalão. Para ele, uma forma de evitar desvios éticos é investir na educação.

— Se queremos ser um país de primeiro mundo, precisamos formar cidadãos de primeiro mundo — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## PEC passa sentenças estrangeiras para juízes federais de primeiro grau

A competência para reconhecer sentenças estrangeiras pode sair da esfera do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como sugere proposta de emenda constitucional que começa a tramitar no Senado. Já encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, o texto sugerido por Tomás Correia (PMDB-RO) delega a função aos juízes federais de primeiro grau.

O objetivo é liberar o STJ de função que consome tempo e não está relacionada à principal atribuição da corte, além de agilizar o cumprimento das decisões. A legislação brasileira admite aplicação interna de sentença estrangeira desde que seja para produzir os mesmos efeitos de condenação com base nas nossas leis.



# CPI quer sequestro dos bens do grupo de Cachoeira

Jornal noticiou que patrimônio dos acusados, de R\$ 150 milhões, está à venda e que dinheiro seria usado na fuga deles do país; comissão de inquérito também defende que a Justiça retenha passaportes

A CPI DO Cachoeira quer que os bens das pessoas suspeitas de integrar a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira sejam sequestrados e que os passaportes sejam retidos.

Os integrantes da CPI propõem ao Ministério Público Federal em Goiás que apresente o pedido à Justiça. O sequestro dos bens e a retenção dos passaportes só podem ser feitos com ordem judicial.

A decisão da CPI foi tomada após o *Correio Brasileiro* noticiar a tentativa de venda de bens da organização. O valor total dos bens é de R\$ 150 milhões. Acredita-se que o dinheiro seria usado na fuga de envolvidos.

— Essas são as medidas que a CPI está tomando imediatamente — afirmou o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

No total, são 30 os investigados que tiveram os bens listados pela CPI. Entre os bens, está uma fazenda de R\$ 20 milhões em nome da mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça.

No nome da ex-mulher, Andréa Aprígio, há imóveis que somam R\$ 16 milhões e um avião de R\$ 750 mil. No nome de Cachoeira, há apenas um terreno de R\$ 1,5 milhão e, em sociedade com outras pessoas, uma fazenda de R\$ 17,5 milhões.

A CPI já havia pedido, em maio, o bloqueio dos bens de integrantes. Houve decisão favorável da primeira instância da Justiça, depois derrubada pela segunda instância.

A lista dos bens foi atualizada pela comissão com novos dados fornecidos pela Polícia Federal, os quais serão compartilhados com o Ministério Público, que já forneceu à CPI uma lista das empresas que geram mais preocupação.

O objetivo da CPI, segundo o relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), é dar publicidade à lista para evitar a venda dos bens. Para o vice-presidente da comissão, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), é importante garantir que os bens fiquem congelados até que a ação transite em julgado (receba

sentença definitiva), de modo que o Estado possa reaver valores obtidos ilegalmente.

Quanto aos passaportes, a CPI espera que a Justiça determine um prazo para que todos os denunciados na ação penal decorrente da Operação Monte Carlo, em que Cachoeira foi preso, entreguem-nos à Justiça, sob pena de prisão preventiva. Há 81 pessoas nessa situação.

## Dinheiro

Para o deputado Mendes Thame (PSDB-SP), que assinou o ofício ao Ministério Público como representante da Minoria na CPI, a decisão da CPI é correta. Para ele, apenas a divulgação da lista não basta.

— Temos cobrado que a gente siga o dinheiro. Queremos saber, com os dados do sigilo bancário das diversas [empresas] “laranjas”, para onde foi o dinheiro, quem foram os beneficiados, se houve agentes públicos, se houve políticos.

A próxima reunião da CPI não tem data. Deve ocorrer após as eleições de outubro.

## Créditos extraordinários de mais de R\$ 7 bi estão na pauta da Comissão de Orçamento

Duas medidas provisórias estão na pauta da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne hoje às 11h: a MP 573/12, que libera R\$ 6,8 bilhões para a compra de equipamentos por parte do governo, visando estimular a economia; e a MP 572/12, que destina R\$ 381 milhões para a compra de carros-pipa e outros equipamentos para o atendimento a comunidades atingidas por calamidades ou desastres, especialmente na região Nordeste.

A MP 573/12 foi editada pelo governo em 28 de junho. Os R\$ 6,8 bilhões em questão serão distribuídos por nove ministérios, que devem utilizar esses recursos para a compra de equipamentos — a medida faz parte do PAC Equipamentos, que visa fortalecer a economia e a indústria brasileira.

Os ministérios são os seguintes: Cidades, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Educação, Integração Nacional, Justiça, Planejamento, Saúde e Transportes.

Já os R\$ 381 milhões previstos pela MP 572/12 — editada em 6 de junho — serão destinados ao Ministério da Defesa, que atua no atendimento às comunidades quando há calamidades e desastres.

## Utilização

No relatório sobre a matéria, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ressaltou que os recursos devem ser utilizados para a compra de veículos, reboques, carros-pipa, reservatórios para transporte de água, bombas d'água, geradores, máquinas e equipamentos. Também há previsão de verbas para execução de obras emergenciais, capacitação técnica de pessoal para o emprego dos equipamentos, contratação de mão de obra terceirizada e obtenção e manutenção de postos de abastecimento de combustíveis para atendimento à população.

Além das MPs, estão na pauta da CMO 13 projetos de lei que tratam de créditos especiais e suplementares.

## Congresso deve instalar comissão para MP do Pasep

Estados e municípios devedores do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) enfrentam, desde junho, a retenção de parcelas dos débitos nos repasses de verbas dos fundos de participação (FPE e FPM). A providência foi estabelecida em medida provisória (MP 574/12) que já teve o prazo de validade prorrogado por 60 dias, a partir de agosto.

Para hoje, está prevista a eleição do presidente e do vice e a indicação do relator da comissão mista encarregada de analisar a MP. A proposição também amplia a vigência da redução a zero das alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização no mercado interno de massas alimentícias. Uma das vantagens oferecidas a estados e municípios que aderirem à medida é a redução das multas em 60%; dos juros em 25% e dos encargos legais em 100%. Outra é a ampliação do parcelamento de 60 meses para 15 anos.

A desoneração tributária para as massas alimentícias deve se prolongar, segundo a MP 574/12, até 31 de dezembro deste ano. A intenção é manter a redução no preço de venda dos produtos.

## Comissão adequará leis a mudança na Defensoria do DF

Foram designados pela Presidência os senadores que integrarão a comissão mista destinada a elaborar projetos para adequar a legislação infraconstitucional às mudanças promovidas pela emenda que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do DF (EC 69/12).

Como titulares foram indicados Cyro Miranda (PSDB-GO), Clovis Fecury (DEM-MA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Taques (PDT-MT) e Sérgio Petecão (PSD-AC). Como suplente, Kátia Abreu (PSD-TO). O colegiado será integrado ainda pelo mesmo número de deputados.

A comissão deverá elaborar os projetos em 60 dias. Promulgada em 29 de março, a Emenda 69/12 teve origem na PEC 7/08, do senador Gim Argello (PTB-DF).

De acordo com a emenda, a nova organização da Defensoria Pública do DF deverá adotar os mesmos parâmetros, princípios e regras que regem as defensorias estaduais. A organização do Poder Judiciário do Distrito Federal e a do Ministério Público do DF permanecem a cargo da União.



O vice-presidente da CPI, Paulo Teixeira, o presidente, Vital do Rêgo, e o relator, Odair Cunha: escritório ao Ministério Público

## Senadores criticam fundo para festas no DF

RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) e Cristovam Buarque (PDT-DF), com representantes do movimento cultural do Distrito Federal, manifestaram-se contra a proposta de utilizar o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) para festas de datas comemorativas. A proposta do governo do Distrito Federal (GDF) foi debatida na Comissão de Educação e Cultura.

Criado em 1991, o FAC é o principal instrumento de fomento às atividades artísticas da Secretaria de Cultura, com 0,3% da receita corrente líquida do Distrito Federal. Para 2012, estão previstos para o fundo R\$ 44 milhões.

Cristovam considerou uma irresponsabilidade usar em festas dinheiro do fundo. Rollemberg acrescentou que está tentando marcar encontro

com o governador, Agnelo Queiroz, para que a proposta seja revogada. Segundo o senador, usar o FAC para financiar Natal, Carnaval e aniversário de Brasília significaria enorme retrocesso.

Para o diretor executivo do Núcleo de Arte e Cultura de Brasília, Marbo Giannaccini, recursos para festas devem estar previstos no orçamento.

O coordenador do Fórum de Cultura do Distrito Federal, Renio Quintas, disse que houve aumento no valor destinado à cultura, que há três anos não passava de R\$ 3 milhões e hoje chega a R\$ 44 milhões.

Também participaram da reunião o presidente da Rede das Culturas Populares e Tradicionais, Marcelo Manzatti; o presidente da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo

Cristovam classifica como irresponsabilidade a proposta de uso do fundo



(ABCV), André Carvalheira; o presidente da Associação Brasileira de Violão (Bravio), Alvaro Henrique; o secretário executivo da Fundação Brasileira de Teatro (FBT), Augusto Lacerda Brandão, e a representante da Associação Cultural Claudio Santoro, Gisèle Santoro.